|  |  |
| --- | --- |
| C:\Users\KENTON\Downloads\16CBAS-IconeApp  2.png | **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  **Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  **Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019** |

**Eixo:** **Movimentos Sociais e Serviço Social.**

**O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL E A INTERVENÇÃO NO**

**“CONGRESSO DA VIRADA”**

**Juliano Zancanelo Rezende[[1]](#footnote-1)**

**Maria Lúcia Duriguetto[[2]](#footnote-2)**

**Resumo:** Nestes40 anos do “Congresso da Virada”, resgatamos as implicações políticas da organização sindical dos assistentes sociais para a ruptura com o conservadorismo na profissão. Para tanto, abordaremos suas ações e relações com o movimento operário e popular e sua decisiva atuação no III CBAS (1979).

**Palavras-chave:** Movimento Sindical; Serviço Social; Congresso da Virada.

**Abstract:**This year, “Turn Congress” complete 40 years, so we rescue the political implications from the historic social workers organization. In time, approaching the action and relation with popular and operary movement and your decisive action in III CBAS (1979).

**Keyword:** Union Movement; Social Work; Turn Congress.

**INTRODUÇÃO**

No final da década de 1970, a insurgência dos movimentos sociais da classe trabalhadora, principalmente protagonizada pelo movimento operário, modificou o cenário da correlação de forças na luta de classes no Brasil. Nesse sentido, a conjuntura de efervescência política e social colaborou para o caminho de reorganização sindical dos assistentes sociais brasileiros. O fortalecimento da organização político-sindical de parcela da categoria profissional de assistentes sociais implicou no acirramento da disputa de projetos profissionais no interior do Serviço Social – sendo defendida pelos militantes sindicais e profissionais progressistas uma perspectiva crítica de profissão, que se expressou, posteriormente, na consolidação da vertente de “intenção de ruptura” com o conservadorismo.

Neste ano de comemoração dos 40 anos do “Congresso da Virada”, este artigo busca resgatar o papel político-social do movimento sindical da categoria profissional de assistentes sociais no processo de construção coletiva de ruptura com o conservadorismo na direção social do Serviço Social brasileiro. E, enquanto marco decisivo, destacamos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS,1979) como palco político e espaço coletivo da categoria que explicitou a “virada” no Serviço Social brasileiro.

Em uma conjuntura de avanço do conservadorismo como a atual, aprofundar e evidenciar a relação histórica do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais - neste caso, especificamente com o movimento sindical - é afirmar a necessária sintonia cotidiana da profissão com os processos de resistências e lutas sociais das classes subalternas para o fortalecimento da direção social do projeto profissional.

Não há, portanto, razões históricas que justifiquem ondas de simplificação no debate contemporâneo sobre os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos no Serviço Social. Todo o acúmulo alcançado até o momento, que fundamenta o projeto ético-político profissional, precisa cotidianamente ser ativado e aprofundado (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 231).

Antagonizando com a escassa pesquisa e produção acadêmica no Serviço Social sobre os movimentos sociais[[3]](#footnote-3), registramos que a discussão apresentada por este trabalho compõe um dos resultados de um projeto de pesquisa o qual aborda a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. E, também, apresenta-se como síntese de parte da análise realizada em um trabalho de conclusão de curso, o qual foi produto do projeto de pesquisa acima mencionado.

**DESENVOLVIMENTO**

A partir dos últimos anos da década de 1970, o processo que alavancou a nossa transição democrática contra o projeto de abertura dos militares teve como móveis o desenvolvimento de grandes mobilizações populares e sindicais, expresso na emergência de diversos movimentos sociais urbanos e estudantis, que foram galvanizados pela reinserção da classe operária no cenário político nacional por meio do chamado “novo sindicalismo”[[4]](#footnote-4).

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. [...] Em suma, o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes no Brasil (NETTO, 2009, p. 26-27).

Como destaca Luiza Erundina de Souza (2009), no bojo da efervescência política e social da autocracia burguesa, juntamente com o agravamento da questão social, as camadas sociais de trabalhadores se apresentaram nas lutas sociais por direitos e condições de vida e, nelas, a presença dos assistentes sociais.

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados (SOUZA, 2009, p.109).

É nesse contexto de efervescência político-social e de florescimento do novo sindicalismo que as entidades sindicais de assistentes sociais se rearticularam enquanto espaço de organização política da categoria. É nessa direção que se realizou o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em agosto de 1978, em Belo Horizonte, sob a coordenação do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais.[[5]](#footnote-5) Esse encontro simbolizou a primeira experiência articulada de reorganização político-sindical da categoria em âmbito nacional[[6]](#footnote-6). O II Encontro Nacional realizou-se em novembro de 1978 e pautou o trabalho intersindical e a intensificação da articulação nacional entre a categoria para troca de experiências de atuação política das entidades sindicais[[7]](#footnote-7).

Nesse período, enquanto experiência de luta unificada, a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APAS-SP) esteve presente ativamente em lutas por direitos juntamente com diversos profissionais de outras categorias, denunciando a política econômica de arrocho salarial da autocracia burguesa e reivindicando demandas sociais no âmbito do serviço público. Lideranças sindicais da categoria de assistentes sociais, como Luiza Erundina, compuseram comandos de mobilização e de greve, constituindo experiências de inserção em lutas sindicais para além da categoria profissional.

Após a experiência das greves setoriais em 1978 no serviço público estadual, organizou-se, em São Paulo, a Campanha Salarial Unificada dos Serviços Públicos, que se constituiu em um canal de expressão das reivindicações dessa categoria de trabalhadores, privada de direitos sindicais e sacrificada pela política de contenção salarial imposta pela elite dirigente. Como assistente social da Prefeitura de São Paulo, integrei o Comando Geral da greve dos funcionários municipais e a Comissão de negociação, representando também a categoria dos assistentes sociais como presidenta da APAS-SP. Assumi, naquele momento, a liderança do movimento grevista do funcionalismo municipal, o que me possibilitou uma extraordinária experiência de participação política, e para a APAS-SP, a participação na greve trouxe resultados muito positivos, pois levou à mobilização e participação dos assistentes sociais diretamente interessados nas reivindicações, além de gerar um valioso saldo de consciência política. A APAS-SP integrou também a Comissão Permanente de Mobilização, formada por quarenta entidades, com o objetivo de apoiar os trabalhadores em greve no ABCD, em março de 1979, quando ocorreu a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos daquela região. (SOUZA, 2009, p.111-112)

Sob a convicção de uma necessária articulação do conjunto das entidades sindicais da profissão, foi realizado na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional[[8]](#footnote-8) , na perspectiva de elaboração de uma estratégia política unitária e interventiva para o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), pois havia a compreensão do caráter conservador do congresso dado pela sua comissão organizadora. O processo de articulação das entidades sindicais para atuação no III CBAS, além de demarcar clara posição na disputa por um projeto profissional que propunha o rompimento com o conservadorismo e alinhava-se aos interesses populares, também se apresentava como estratégia de aproximação com a base dos assistentes sociais para o revigoramento do movimento sindical. Nesse encontro, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). A articulação sindical da categoria resultou em um documento construído coletivamente pelas entidades presentes sobre o III CBAS, no qual se denunciava sua formatação e concepção:

1. A preparação do III CBAS não garantiu a consulta aos assistentes através de discussões amplas e democráticas; 2. A forma de organização impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros; 3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente próximos à conclusão do curso, que, não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira; 4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuíram para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico; 5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a luta dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares (ANAIS III CBAS, 1980 apud ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.64).

O documento expunha, assim, o caráter conservador do III CBAS, posto sobretudo pela ausência em sua programação de espaços que propiciassem a reflexão crítica dos profissionais do contexto de efervescência das lutas sociais e de agravamento da questão social. De acordo com Abramides e Cabral (1995), o III CBAS teve uma composição política diversificada, com a presença de setores conservadores da profissão, que até compunham a direção do CBAS por conta do conjunto CFAS/CRAS e, de outro lado, o polo combativo de profissionais progressistas e militantes de dezoito entidades sindicais sob a orientação política da CENEAS. A articulação planejada do campo combativo e crítico se desdobrou em conquistas políticas no que se refere aos rumos do Congresso, tornando-se pública a posição de enfrentamento ao conservadorismo e apoio às diversas lutas sociais de movimentos democráticos e populares[[9]](#footnote-9).

As intervenções dos assistentes sociais críticos e progressistas foram fundamentais para “a ação ofensiva e organizada que derivaria na virada do Congresso” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.65).

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979 no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, na capital de São Paulo, reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e frustrou as expectativas dos participantes pelo seu caráter autoritário e oficialesco. Se não fosse a presença ativa e organizada das entidades sindicais da categoria, o Congresso teria se esvaziado já no segundo dia. Essas entidades realizaram, paralelamente à programação oficial, uma assembleia da qual participaram aproximadamente 600 congressistas, quando, em um clima tenso e de grande insatisfação, denunciaram a forma autoritária como o Congresso fora organizado e os rumos que tomou, defendendo e fazendo propaganda das políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais. Foi uma demonstração de subserviência explícita ao regime autoritário, vigente no país naquela época. Por decisão unânime da assembleia paralela, as lideranças sindicais tomaram a direção do Congresso na abertura da plenária geral do segundo dia e, no início dos trabalhos, a Mesa Diretora propôs e foi aprovada a destituição da Comissão de Honra do Congresso, composta, à revelia da categoria, pelo então presidente da República, o general João Batista Figueiredo, pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo (que havia cassado a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Luiz Inácio da Silva), pelo ministro da Previdência, Jair Soares, pelo governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, e pelo prefeito da Capital, Antônio Salim Curiati. Também por decisão soberana da Assembleia, a Comissão de Honra passou a ser integrada por representantes dos dirigentes sindicais cassados: do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e da Frente Nacional do Trabalho (em homenagem aos trabalhadores brasileiros e a todos os que morreram na luta em defesa da democracia) (SOUZA, 2009, p.115)

Também, como exemplo da perspectiva classista e de solidariedade de classe, o conjunto de profissionais progressistas no III CBAS, além de planejar e efetivar a “virada” do congresso, também articulou a aprovação da transferência de recursos do congresso para fundos de greves, anunciou posicionamentos em defesa das lutas populares e apresentou propostas de moções de repúdio como a de repúdio “à intervenção nos sindicatos e à prisão de líderes sindicais” (SOUZA, 2009, p.116). Como evidencia Netto (2009, p.35),

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão.

No interior da disputa pela direção social do Serviço Social no Brasil, o campo progressista de profissionais articulados com as entidades sindicais de assistentes sociais conseguiu encaminhar no III CBAS uma série de propostas, dentre as quais destacamos: a composição das entidades sindicais na organização dos posteriores CBAS; a discussão sobre as condições de trabalho profissional; a afirmação da necessária relação da profissão com as lutas da classe trabalhadora a partir da aprovação da inserção de movimentos sociais populares na programação dos eventos.

Durante o encerramento do III CBAS, na fala de Luiz Inácio Lula da Silva, até então sindicalista do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, podemos encontrar elementos que caracterizam o horizonte das lutas populares naquele período e a essência política que possibilitou a mobilização para as alterações nos rumos do congresso que desaguaram na sua “virada”.

Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato de encerramento do Congresso [...] e concluiu com a seguinte aclamação: ‘Haverá um dia em que trabalhadores braçais, assistentes sociais, intelectuais, políticos, todos nós, juntos, nos levantaremos sem um pingo de medo, mas também sem um pingo de ódio, e em praça pública gritaremos alto e em bom som: Povo sofredor, secai vossas lágrimas! Escravos, levantai-vos de vossa prostração!’ (SOUZA, 2009, p.116).

Assim, foi no contexto de mobilização político-social de movimentos operários, sociais e estudantis e de desenvolvimento das ações sindicais de segmentos profissionais dos assistentes sociais que o III CBAS trouxe à cena as “tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social” (NETTO, 2009, p.27). É importante destacar que foi somente o conjunto destes elementos, destacadamente a intervenção política das entidades sindicais da categoria na disputa da direção social da profissão possibilitada pela emersão do proletariado na arena política, que possibilitaram a emergência da crítica de segmentos profissionais ao regime autocrático-burguês, como acertadamente explicita Netto[[10]](#footnote-10) (2009, pgs.30-31):

[...] o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de outras categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional: O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperaram, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político.

Dada à efervescência política do período, surgiram possibilidades para o desencadear de um processo de alterações na direção sócio-política da profissão no sentido de se romper com suas concepções tradicionais e conservadoras nas instâncias e fóruns profissionais.

A ruptura, a “virada”, deixou o terreno da possibilidade para converter-se em realidade graças ao empenho, ao esforço, à pertinácia e à combatividade de umas poucas dezenas de assistentes sociais que jogaram todas as suas energias em duas frentes: na criação de alternativas organizacionais ao conservadorismo e na articulação com colegas que, em outras regiões, movimentavam-se no mesmo sentido. [...] O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional. (NETTO, 2009, p.32-33)

Com o objetivo de melhor articular nacionalmente associações e entidades sindicais, foi criada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), em 1983, em Salvador (BA). O Ministério do Trabalho não liberou a concessão da carta sindical para a ANAS, o que a tornaria federação sindical oficial. No entanto, ela se constituiu como organização representativa da categoria no âmbito das relações de trabalho de maneira autônoma ao Estado e legítima perante a categoria profissional. Entre o fim da década de 1970 e início dos anos de 1980, a direção política da CENEAS e, posteriormente, da ANAS, assumiu um conjunto de lutas no plano econômico, político, social e sindical em articulação e unidade com os diversos movimentos sociais dos trabalhadores, como as lutas contra o regime autocrático burguês e sua política econômica de arrocho salarial, a defesa de condições dignas de vida e de trabalho, a garantia de autonomia sindical frente ao Estado e aos patrões e, nas políticas sociais, um conjunto de reivindicações que advinham dos movimentos sociais:

a- Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde); b- Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade; c- Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado; d- Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal; e- Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora; f- Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (ABRAMIDES e CABRAL,1995, p.95).

De acordo com Souza (2009), tradicionalmente, o assistente social era reconhecido por sua atuação em conformidade à manutenção da ordem social servindo aos interesses dominantes. Porém, com a inserção de segmentos profissionais no conjunto de lutas e movimentos populares, operou-se uma ressignificação da imagem social da profissão, agora também identificada como defensora dos movimentos sociais e defensora das liberdades democráticas.

A militância política desses assistentes sociais e seu engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores e dos segmentos excluídos da sociedade contribuíram para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. Também ajudou na articulação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas, ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas (SOUZA, 2009, p.113).

Conforme Abramides e Cabral (2009, p.70), a ANAS, enquanto aglutinadora e organizadora do movimento sindical da categoria profissional, desempenhou papel central na elaboração de alicerces teórico-políticos para o projeto profissional crítico em construção. Tal processo crítico se expressou no Código de Ética Profissional aprovado em 1986.

Naquele momento a categoria não possuía o acúmulo teórico e filosófico para a definição do Código de Ética, que só foi possível em 1993. O Código de 1986, porém, em que pese suas lacunas e incorreções, significou um ganho político na direção do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, instrumento de luta no processo de amadurecimento dos anos 80, possibilitando a referência desse projeto no interior do trabalho profissional no serviço público. (ABRAMIDES E CABRAL,2009, p.70)

As experiências advindas da inserção da categoria nas lutas dos movimentos sociais, principalmente no âmbito sindical, se desdobraram na colaboração para a consolidação política de um projeto profissional do Serviço Social alternativo ao conservadorismo. Destaca-se o IV CBAS (1982),o qual teve como tema “Serviço Social na Realidade Brasileira: análise de conjuntura, movimento sindical e popular e organização sindical da categoria” como momento de afirmação coletiva do compromisso de segmentos profissionais com a classe trabalhadora, e também pelo reconhecimento de pertencimento da categoria à própria classe explorada. No V CBAS – “Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativos de políticas sociais”, ocorrido em 1985, um novo projeto profissional da categoria era explicitado em cena com mais intensidade, articulado ao projeto societário da classe trabalhadora. Esse projeto profissional alternativo objetivava:

[...] de um lado, instrumentalizar os assistentes sociais para a análise das políticas sociais, visando a construção de propostas alternativas comprometidas com os movimentos populares em articulação com a organização da categoria; e, de outro, aprovar um documento político que criasse referências concretas para a prática dos assistentes sociais frente às alternativas de políticas sociais propostas pelos movimentos populares [...] (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.178).

O debate que deu a tônica da “virada” do III CBAS e que se expressou no caráter progressista dos dois CBAS sequentes esteve fundamentado a partir das experiências políticas de organização coletiva e contato com as lutas sociais no cenário de aprofundamento da luta de classes no cenário nacional de finais da década de 1970 e na de 1980. As entidades sindicais de assistentes sociais contribuíram tanto para a disputa política no interior da profissão como partícipes da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que naquele contexto representava um movimento amplo de revigoramento do sindicalismo brasileiro.

Majoritariamente, os dirigentes sindicais e representações de base das APAS, dos Sindicatos, da CENEAS e da ANAS, participaram de todo o processo do novo sindicalismo desde a articulação na ANAMPOS, da 1a CONCLAT, das comissões Pró- CUT e do Congresso de Fundação em 1983, e todos os congressos da Central até 1992 (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.71).

A experiência classista das entidades sindicais de assistentes sociais esteve sintonizada com a necessidade de construção de uma organização sindical a qual abarcasse as reivindicações das diversas categorias profissionais, compreendendo que a luta política se isolada possui menos força social no embate dos conflitos de classes. A militância sindical da categoria profissional esteve presente nos diversos espaços de construção coletiva da CUT, compondo direções locais, regionais, estaduais e nacional.

A inserção das associações, sindicatos, CENEAS/ANAS no movimento sindical mais geral dos trabalhadores possibilitou: aprofundar a consciência da categoria profissional de sua condição de trabalhador assalariado, de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que imprimiu uma solidariedade de classes: apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta, à luta pela volta dos sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.72).

Nos grifos de Abramides e Cabral (2009), no II Congresso da CUT, em 1986, foi deliberada a discussão pela alteração da estrutura sindical brasileira organizada por categoria profissional para ramo de atividade econômica de modo a contribuir para a maior unidade das lutas dos trabalhadores. Os objetivos eram tanto de potencializar politicamente o poder de reivindicação econômica dos trabalhadores como também colaborar para a unidade classista do polo do trabalho na luta de classes e proporcionar a reflexão coletiva sobre o reconhecimento político das diversificadas categorias profissionais enquanto classe social, mesmo sendo consideradas as especificidades de cada categoria.

A decisão pela adesão à proposta da CUT foi deliberada na IV Assembleia Nacional da ANAS, em 1989. Foi então que, por consequência, a ANAS foi extinta em 1994 para que o processo de reorganização sindical por ramo de atividade se desenvolvesse.

**CONCLUSÃO**

Como destaca Abramides (2009, p.89), no contexto da reabertura democrática, o novo sindicalismo foi um dos principais pilares que impulsionaram a ação política articulada dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora, o que teve rebatimentos nas ações políticas das entidades sindicais de assistentes sociais a partir da segunda metade dos anos da década de 1970. O viés sindical classista, combativo e autônomo do novo sindicalismo conformou a atuação política de boa parte dos assistentes sociais enquanto militantes e sindicalistas, tendo rebatimentos tanto na atuação político-sindical dos profissionais quanto na compreensão teórico-metodológica sobre o Serviço Social, em que se questionava seus vínculos com o conservadorismo. Nesse processo, o movimento sindical do Serviço Social pautou suas lutas não somente nas questões específicas da categoria em relação à suas condições de trabalho, mas também nas diversas bandeiras de lutas que a classe trabalhadora construía coletivamente. Foi nesse cenário que as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e, posteriormente, da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), foram fundamentais para o desenvolvimento do processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Entoados pela conjuntura de expressividade da luta de classes no Brasil, o campo progressista e combativo da categoria de assistentes sociais atuou no III CBAS de maneira estratégica, e representou um marco fundamental para o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, contribuindo para a construção de um novo direcionamento social, ético, político e teórico para o Serviço Social brasileiro.

**REFERÊNCIAS**

ABRAMIDES, Maria B. C. “A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

\_\_\_\_\_\_,e CABRAL, Maria do Socorro. “A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro”. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p, 55-78.

\_\_\_\_\_\_, e CABRAL, Maria do Socorro. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo, Cortez, 1995.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MARRO, Kátia. “Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo”. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Cortez, São Paulo, 2016, p. 97-118.

MATTOS, Marcelo Badaró de. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. 160 p.

NETTO, José Paulo. “III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização”. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 15-42.

RAMOS, Sâmya Rodrigues e SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas”. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez. 2016. p, 209-233.

SOUZA, Luiza Erundina de. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 107-119.

1. Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: julianozancanelo@gmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: julianozancanelo@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. Segundo Duriguetto e Marro (2016, p.109), “entre os 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados em 1995 e 2008, 3% tematizam os movimentos sociais”. E “[...] com base na categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social a a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular.” (IAMAMOTO, 2008, p. 461 apud DURIGUETTO; MARRO, 2016, p.109). [↑](#footnote-ref-3)
4. Como expõe Mattos (2009, p.121), o período do novo sindicalismo foi caracterizado pelo grande número de greves, de variadas categorias profissionais. O crescimento dos movimentos grevistas tem suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos. Ao mesmo tempo, havia uma mobilização popular nos bairros com grande expressão das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs. “[...] As CEBs articularam muitas dessas lutas de bairro, contribuindo para formar sujeitos políticos na luta por condições de vida na própria comunidade, fazendo a formação política dos seus participantes no processo de reivindicações por creches, postos de saúdes, pronto-socorros e moradias (FALEIROS, 2009, p.45). [↑](#footnote-ref-4)
5. A realização do I Encontro Nacional só foi possível por meio do apoio político e financeiro do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS). O Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais estabeleceu um acordo com o CELATS para financiamento dos encontros nacionais sindicais da categoria e, também, para a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho do assistente social. Tal pesquisa foi fundamental para respaldar o processo de luta econômica da categoria por melhores condições de trabalho, como a reivindicação por um piso salarial mínimo profissional. Além das contribuições de investigação acadêmica, o CELATS colaborou diretamente para a organização político-sindical dos assistentes sociais enquanto fortalecimento do ideário progressista e crítico no Serviço Social – contribuições essas que foram centrais para o fortalecimento da organização sindical dos assistentes sociais brasileiros. [↑](#footnote-ref-5)
6. Participaram do evento as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais – que coordenou o encontro. Dentre os objetivos, tem-se o de dar início a um processo de rearticulação da categoria em nível nacional e realizar um mapeamento das entidades sindicais de assistentes sociais existentes no país. As deliberações fundamentais desse evento referem-se à questão salarial, que representou a demanda por melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores da categoria, mostrando estreita relação com as demandas do movimento sindical mais amplo. (HORTA, 2009, p. 159 apud LOURENÇO, 2016, p. 37). [↑](#footnote-ref-6)
7. Neste II Encontro estavam os sindicatos do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio grande do Norte, Minas Gerais e Ceará; e as APAS de São Paulo, Bahia e Goiás; ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais – seção Sergipe; ARAS – Associação Regional de Assistentes Sociais de Ribeirão Preto (SP) (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.123). [↑](#footnote-ref-7)
8. As entidades presentes ao III Encontro representavam 14 estados da federação e o Distrito Federal, por intermédio dos Sindicatos de Minas Gerais, Ceará e Porto Alegre; das APAS de São Paulo, Bahia, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Paraná; da ABAS de Sergipe; dos Grupos pró-APAS do Maranhão e Piauí; da Oposição Sindical do Rio de Janeiro e das Associações Culturais de Campinas, Jundiaí e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo, que totalizavam 18 entidades, entre sindicatos, APASs,ABASs, oposição sindical e associações culturais (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.63). [↑](#footnote-ref-8)
9. De maneira estratégica, os assistentes sociais se incorporaram criticamente nos diversos grupos de trabalho do congresso, questionando seu caráter antidemocrático e conservador. O episódio de homenagear aqueles que representavam a repressão, a tortura, a perseguição política, o cerceamento de livre expressão e o aprofundamento das desigualdades sociais no foi duramente criticado. No campo progressista, além dos militantes sindicais, profissionais que compunham as fileiras de lutas contra o regime autocrático burguês e que também puderam ter contato com movimentos e lutas sociais a partir do exercício profissional, como é o caso dos profissionais da área da habitação, por exemplo. Também estavam professores universitários que participavam ativamente da articulação política na da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) em uma perspectiva crítica, e estudantes de Serviço Social, que mesmo com a limitação de participação discente no CBAS, pautavam o revigoramento do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no que tange à participação e representação discente nos espaços da categoria profissional (ABRAMIDES; CABRAL, 1995). [↑](#footnote-ref-9)
10. Ao analisar o documento de Araxá (1967), pode-se constatar uma expressiva alienação do Serviço Social em face da realidade da autocracia burguesa e suas manifestas expressões de abortamento das liberdades democráticas e civis e de acentuação das expressões das desigualdades sociais, o que permanece nos documentos posteriores de Teresópolis (1970) e Sumaré (1978). [↑](#footnote-ref-10)